



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

7ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE JANEIRO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José da Graça Diogo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Pedro Carvalho

Mohamed da Glória

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) interpelou a Mesa quanto a declarações políticas, pelo que mereceu resposta.

Em declaração política, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) criticou a entrevista dada pelo Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, à comunicação social nacional.

Também em declaração política, o Sr. Deputado Gaudêncio da Costa (MLSTP/PSD) repudiou as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, aquando da entrevista à comunicação social.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (UDD) começou por saudar o povo de São Tomé e Príncipe, para depois também mostrar a sua indignação quanto às declarações do Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, à imprensa.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) desmentiu as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, quanto à Deputada Maria das Neves.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel felicitou o povo de São Tomé e Príncipe, pela forma como tem encarado a situação do País.

Ordem do Dia. — Foi discutido e aprovado, na generalidade, o projecto de lei n.º 43/X/7.ª/2017 – Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do HIV/SIDA, após a apresentação do respectivo projecto pela Sra. Deputada Celmira Sacramento (ADI) e a leitura do parecer da 5.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Joaquim Salvador (ADI). Intervieram os Srs. Deputados Ana Rita (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú (PDC).

Foi apresentado o projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017 – Lei de Base de Saúde, pela Sra. Deputada Alda Ramos (ADI), e feita a leitura do parecer da 5.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Mohamed da Glória (MLSTP/PSD). Intervieram ainda os Srs. Deputados Xavier Mendes (PCD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (UDD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI) e Jorge Amado (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente suspendeu a sessão, quando eram 13 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Adilson Cabral **Managem**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**

Anaydi dos Prazeres **Ferreira**

Arlindo Quaresma dos Santos

Berlindo Branco Vilela **Silvério**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Celmira d'Almeida do **Sacramento**

Danib Adilson Lima da Fonseca **Narciso**

Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita

Esmael da Glória Espírito Santo

Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos

Gabriel **Barbosa dos Ramos**

Idalécio Augusto **Quaresma**

Ivo Mendonça da **Costa**

Joaquim **Salvador** Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d'Alva

José da Graça **Diogo**

José Manuel Macumbo **Costa Alegre**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Mário **Fernando** Rainho

Martinho da Trindade **Domingos**

Milton Viegas Fernandes **Lima**

Nenésio Quaresma **Afonso**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**

Sebastião Lopes **Pinheiro**

Silvestre **Moreno** Mendes

Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário **Crisóstomo**

Ana Isabel Meira **Rita**

António das Neves Sacramento **Barros**

António **Monteiro** Fernandes

Arlindo **Barbosa** Semedo

Aurélio Pires Quaresma **Martins**

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Deolindo Luís da Trindade **da Mata**

Dionísio **Fernandes** Leopoldino

Domingos **Monteiro** Fernandes

Gaudêncio Luís da **Costa**

Jorge **Amado**

Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**

Mohamed Guadalupe Ramos **da Gloria**

Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das **Neves**

Jorge Dias **Correia**

Filomena M. de Fátima dias X. de P. dos Prazeres

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes Afonso

Srs. Deputados, há necessidade de se completar a Mesa, porque até agora o Sr. Deputado Aérton Crisóstomo não tomou o seu lugar na Mesa, não sei o que aconteceu, até agora não disse nada.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Ele não pôde vir.

O Sr. **Presidente**: — Nesse caso, tem que se pronunciar. Se não pode, chamo o Sr. Deputado Mohamed da Glória, para completar a Mesa.

Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de apresentar os meus calorosos cumprimentos, por mais este dia de sessão plenária.

Vamos abrir espaço para declarações políticas dos Grupos Parlamentares.

Recebemos as solicitações dos Grupos Parlamentares do PCD, do ADI e do MLSTP/PSD, e do Deputado do UDD, para proferirem as suas declarações.

Nos termos do artigo 85.º do Regimento da Assembleia Nacional, esse espaço tem a duração de 10 minutos, para cada um que quer proferir a sua declaração política.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saber quais são os partidos que têm declarações políticas. O Sr. Presidente fez referência a todos, mas é bom anunciar quais são os partidos que têm declarações políticas.

O Sr. **Presidente**: — Os partidos que têm declarações políticas são: o PCD, o MLSTP/PSD e o ADI, excepto UDD. Peço desculpa, porque na altura citei também o UDD.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não está lá. O Presidente está a anunciar o que não está escrito. O ADI não está inscrito.

O Sr. **Presidente**: — Está aqui escrito. Sr. Deputado, por amor de Deus! Estou a conduzir os trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma declaração política.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, caros espectadores, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Ontem ouvimos e vimos mais um espectáculo do Sr. Primeiro-Ministro, pessoa intocável, dono disto tudo, transformando São Tomé e Príncipe numa espécie de quintal da sua casa.

É preciso fazer lembrar que o exercício do poder não é: «posso, mando e faço o que quiser». Há regras, há limites de linguagem e, sobretudo para alguém que tem uma grande responsabilidade na governação do País, deve saber quais são as suas competências.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Não está a passar na rádio, foi cortado.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de pedir aos Serviços para verificarem o que se passa.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Isso é uma vergonha. De mais é moléstia!

Uma Voz: — Começou muito cedo.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não sei porquê que têm medo de a gente falar para o povo. Isso é uma vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de pedir aos Serviços para verificarem o que se passa com a Rádio Nacional. Não é a primeira vez que isso acontece durante a sessão plenária. Portanto, vamos manter a calma.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Como havia dito, ontem assistimos a mais uma trapalhada, um desnorteamento total de um Primeiro-Ministro intocável, que transformou o País como se fosse o quintal da sua casa, pensa que a maioria é poder fazer tudo o que quer, como se diz na gíria «posso, mando e faço. É um DDT (dono disto tudo), confundindo toda a Nação com as suas declarações, até ao ponto de chegar ao absurdo.

Um Primeiro-Ministro que disse ter convidado jornalistas da oposição, quer dizer que reconhece que tem jornalista do poder, na Televisão e na Rádio.

Um Primeiro-Ministro que disse que mandou um polícia contar o número de participação numa manifestação. Se na verdade esse polícia sabe contar, então cometeu erros graves de Aritmética. Nem sequer é de Matemática. É de Aritmética. Nessa conta, se calhar, faltou muitos zeros. Admira-me ainda como que ele conseguiu saber que do outro lado havia 3 000 pessoas, fazendo contra manifestação. Quer dizer que são pessoas que ele tinha já encomendado, contactado para fazer isso, o que é muito mau.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — É encomendado.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — É verdade.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Ontem, fez-me lembrar uma coisa, um regresso ao passado, aquilo que aconteceu num país africano, em que havia um senhor chamado Bokassa, que se auto proclamou imperador do seu país.

Ontem, vimos um rei sentado na sua cadeira de patrono a ditar aquilo que quer, a entrar nos meandros daquilo que não é a sua competência e, infelizmente, alguns dos seus discípulos o apoiam.

O Governo está completamente desnorteado. Em vez de prestar atenção naquilo que é o essencial, entra naquilo que nem sequer diz respeito às suas competências. Reparem, qual é a proibição que existe de alguém dever os bancos? Cada um é responsável pelos seus actos. A minha pergunta é: o Governo, ou o Estado são-tomense, é accionista desses bancos? Se é accionista e se o estatuto desses bancos lhe permite publicar os nomes de quem deve, que o faça. Se os estatutos desses bancos permitem a qualquer accionista publicar o nome de quem deve, que o faça. E se não permite, também pode fazê-lo, porque é dono disto tudo, mas assumindo depois as suas responsabilidades. E ainda bem que há pessoas que devem o banco, porque esses, pelo menos, têm como justificar aquilo que estão a fazer.

É pena que estamos num país muito triste, onde alguém chama o dinheiro de arreia, de capim, não tem nenhuma empresa, não tem fonte de rendimento, mas nada lhe acontece.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Já está desligado.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Não sei qual é o medo dessa gente. Essa gente é capaz de tudo, até matar.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Delfim Neves, pode continuar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Estava a dizer que aqueles que exibem riqueza externa, chamam o dinheiro de capim, de arreia, no entanto, não devem aos bancos e ninguém lhes investiga, porque temos um país onde há pessoas que são intocáveis.

Todos se lembram de um segurança que assaltou a casa do Primeiro-Ministro, roubou acima de 200 000 dólares, dito por ele próprio, o assaltante, e que nem o Primeiro-Ministro havia descoberto quanto lhe tinha faltado na gaveta. Quanto estava lá? De onde é que veio? Quem o deu? Isto é que é chamado de branqueamento de capital.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Máfia.

No que toca aquilo que foi dito sobre a responsabilidade do País, sinceramente, é de ignorar. Alguém que pensa que se a gestão do País lhe sair das mãos, não haverá mais nenhum são-tomense, ninguém mais, só ele pode governar São Tomé e Príncipe. Esqueceu-se e faz isso para confundir, sobretudo, a camada jovem.

Eu não me canso de repetir isto, minha gente, não é a primeira vez que temos, no País, um partido a governar com a maioria absoluta. Já houve. O próprio PCD, meu Partido, também teve 33 deputados, maioria absoluta, em 1991. O Grupo Parlamentar MLSTP, em 1998, maioria absoluta, 31 deputados, mas nunca governou o País, excluindo os cidadãos, são-tomenses de sangue e de solo, como este está a fazer. Isto só demonstra que efectivamente não é são-tomense.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Ele é que é mais são-tomense. Isso vai acabar.

Nós todos estamos atentos ao perigo que o País está a passar. Coitados daqueles que sabem, mas porque estão agarrados a alguns benefícios, fingem que não estão a perceber. Mas se nós lutámos contra o colonialismo e conseguimos vencer; lutámos contra a ditadura e conseguimos vencer, também iremos lutar para que a ditadura não retorne.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD e do UDD.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Podem mandar matar Deputados, podem mandar matar. Têm ordens para matar, podem mandar matar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Da nossa parte, no que toca o Grupo Parlamentar do PCD, estamos disponíveis e prontos para essa luta.

Quanto ao desafio lançado pelo Primeiro-Ministro, eu gostaria que todos aqui assumissem já, se querem eleições antecipadas, segundo ele, que fez a pergunta à oposição, queremos eleições amanhã.

Aplausos do PCD, do MLSTP/PSD e do UDD.

É preferível haver eleições para clarificação, que ter um tribunal que vai ditar o resultado das eleições, mesmo perdendo, vai dizer que o ADI ganhou as eleições. Então, vamos clarificar agora.

Eu sou de opinião até, por essas vergonhas todas, que se faça eleições gerais, presidências, legislativas e autárquicas

Aplausos do PCD, do MLSTP/PSD e do UDD.

Uma voz:— Muito bem.

Nós não temos medo. É preferível que o povo dite os resultados das eleições. Se o povo quer regresso ao passado, que vote no ADI. Aqueles que estão a passar bem, já têm água, energia alimentação adequada, que têm medicamento no hospital, que não levantam de madrugada, para levarem os seus filhos à escola, que votem no ADI. E aqueles que estão a passar mal, que sabem que há alternativa, que votem noutros partidos. É isso que a gente quer.

Não estamos aqui a fazer política por fazer. Somos representantes do povo. Diz a Constituição que, uma vez eleitos, todos são representantes do povo. Mas o que estamos a ver é que há alguns Deputados que representam o povo e os outros não representam, porque o que dizem não é para o povo.

Sr. Presidente, agora é para si. Ontem, lhe fiz algumas perguntas, o senhor ignorou, mas não tem dever nem moral para ignorar as perguntas do Deputados, porque o senhor é parte deste órgão. O senhor é representante dos 54 Deputados. O senhor não é chefe dos Deputados. O senhor não é titular do Órgão. A titularidade do Órgão Assembleia Nacional é dos 55 Deputados, não do senhor. Portanto, o senhor não deve nem tem poderes, nem regimental e muito menos na lei, para assumir a titularidade do cargo e fazer aquilo que quer, em nome da Assembleia.

Quando nós recorremos a si, repudiando as suas atitudes, o senhor nem sequer respondeu. Não pode haver dois pesos e duas medidas. Cartas vindas dos seus amigos do partido o senhor despacha, publica e manda logo para a comissão. Cartas que vêm da oposição, nenhuma resposta, nada feito. Podemos enumerar várias delas. Outras que mandam para a comissão, uns arrumados em espertos, mesmo na comissão, assumem ser relatores, para impedir que outros sejam, apenas para meter na gaveta.

Os partidos da oposição fizeram uma petição à Assembleia, sobre o recenseamento eleitoral, o senhor baixou para a comissão, o Deputado que assumiu fazer o parecer, já lá vão mais de 3 meses...

Uma voz: — Quem é?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É o Sr. Deputado Esmaiel. Até hoje, não se discute. Depois vem fazer discursos em latim. Antes deve de cumprir as suas obrigações, cumprir o seu dever, enquanto Deputado, e depois para vir fazer o seu discurso em latim, porque quem faz discursos em latim é muito inteligente. Então, se é muito inteligente, deve demonstrar isso na prática.

Nós introduzimos outra carta, Sr. Presidente. É uma iniciativa. Face às aberrações que estão passar no País, decidimos ter a iniciativa, aquilo que diz a lei, no âmbito dos artigos 86.º e 259.º do Regimento, e o senhor nem sequer se pronunciou. É uma queixa-crime que estamos a apresentar ao Sr. Presidente da República, pela violação da nossa Constituição, o que ele jurou defender. O senhor recebeu e nada disse.

Estamos aqui a apelar à comunidade internacional para estar atenta a tudo que se passa em São Tomé e Príncipe. Aliás, para a vossa informação, Srs. Deputados, tudo quanto temos estado a mandar para a Mesa da Assembleia, temos enviado para todas as embaixadas, para o PNUD e para a União Europeia, para tomarem conhecimento daquilo que está a acontecer no País. Nós estamos em perigo. O País está sobre um barril de pólvora, só falta acender. Eu sei que sou a cabeça da lista, para cortar cabeças, mas podem matar. Há-de ficar um Delfim e haverá de nascer outro Delfim. Podem contar que a luta continua.

Muito obrigado e que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.
Bem-haja.

Aplausos do PCD, do MLSTP/PSD e do UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma declaração política.

O Sr. **Gaudêncio da Costa** (MLSTP\PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Sr. Deputados, muito bom dia.

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção, repudiando a encenação que eu vi ontem, de um político que se diz estadista.

Não vou falar do Sr. Primeiro-Ministro, enquanto pessoa, porque não me interessa. Vou falar do Primeiro-Ministro, enquanto decisor político, enquanto pessoa que tem o destino deste país nas mãos, há 3 anos, faltam 8 meses para terminar a Legislatura, e não dá sinais, um sinalzito de que ele é capaz; um sinalzito de que ele está a fazer aquilo que prometeu ao povo. Apenas paliativos, apenas mentiras, manipulações. Um Primeiro-Ministro preguiçoso e incompetente. É isso que ele tem estado a demonstrar ao País. Um Primeiro-Ministro exibicionista. É aquilo que vimos ontem. Uma pessoa que ostenta «eu posso, eu quero e eu mando». Um Primeiro-Ministro que entra na esfera da vida pessoal das pessoas, para atingir os seus adversários políticos.

Um governo que politicamente falhou, falhou em tudo. Prometeu aos jovens emprego, falhou; prometeu aos jovens empreendedorismo, falhou. Dados sobre o desempenho da economia falsos.

Um Primeiro-Ministro que passa a vida a viajar, gastando os poucos recursos que o País tem. Eu ontem ouvi alguém dizer que há infantários em que dão meio quilo de peixe, para fazer comida para as crianças, e vemos o Sr. Primeiro-Ministro a ostentar riquezas.

Eu quero dizer-vos que fico espantado. Em 2006, e não tenhamos vergonha disso, nós do MLSTP\PSD, porque apoiamos o Sr. Primeiro-Ministro, e isto tem sido usado contra nós, mas contando que ele era alguém de bem, alguém que pudesse fazer alguma coisa em prol deste povo. O que é que verificamos: um Primeiro-Ministro que falhou, falhou em todas as promessas eleitorais, e agora tem medo de não ser eleito, porque ele sabe as consequências de uma não possível eleição e manutenção do poder na sua vida.

Estamos a viver um golpe constitucional. É nesse clima que nós hoje estamos aqui.

Nós temos informações, povo de São Tomé e Príncipe, que o Tribunal Constitucional hoje tem que ser constituído, custe o que custar, nem que para isso se ponha em perigo a vida dos Deputados.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Credo.

O Sr. **Gaudêncio da Costa** (MLSTP\PSD): — Há, Sra. Deputada.

Há informações segundo as quais o Tribunal Constitucional, hoje, tem que ser constituído.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Qual Tribunal?

O Sr. **Gaudêncio da Costa** (MLSTP\PSD): — Veja-se o rol de indivíduos que nós tomamos conhecimento de que vão constituir o Tribunal Constitucional.

O Sr. Primeiro-Ministro, ontem, falava de ligações entre as pessoas, dos partidos, de tudo e mais alguma coisa, o que nós repudiamos, e sobretudo quando as pessoas não estão presentes para se defenderem.

Quem são os Juízes? Bandeira, Jonas, Stock, tudo ADI, Fábio, Kótia, aquela equipa toda da RTP-África que apoia o ADI. Vocês acham que nós vamos aceitar uma coisa destas? Vamos aceitar que esse Tribunal só constituído com gente do ADI, para declarar a vitória antecipada do ADI seja formado?

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Nunca!

O Sr. **Gaudêncio da Costa** (MLSTP\PSD): — Eu quero vos dizer aqui hoje, que os Ruandeses me dêem um tiro na cabeça, mas este Tribunal Constitucional não pode ser constituído aqui. É contra. Eu nem sequer vou argumentar em termos jurídicos, porque o Presidente do Tribunal que está em vigor já disse que isto é inconstitucional. Participo poucas vezes em sessões, mas ouço os Deputados aqui defenderem que esta Casa deve defender a justiça. Sobretudo quando é para mandar os outros para a Procuradoria, que nós devemos defender o que a Justiça manda. O Tribunal deu a lei como inconstitucional e hoje nós vamos

constituir este Tribunal? Isto nunca pode acontecer, nem que nos matem. O Tribunal Constitucional com os amigos do ADI, para declarar a vitória antecipada do ADI nas eleições, não pode acontecer.

Aplausos do PCD e do MLSTP\PSD.

Eu quero vos dizer, estou muito preocupado. E peço ajuda internacional, e nós temos que o fazer. Temos que fazer queixa ao Tribunal Penal Internacional, porque está em curso a preparação de um genocídio em São Tomé e Príncipe. O Sr. Primeiro-Ministro tem forças armadas. Eu estive a conversar com algumas pessoas que estão preocupadas, porque não se sabe se a capacidade de fogo que as forças do Sr. Primeiro-Ministro têm é superior à capacidade de fogo das próprias Forças Armadas nacionais.

A primeira coisa a fazer é desarmar Patrice Trovoada. Patrice Trovoada é Primeiro-Ministro, não é militar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É verdade.

O Sr. **Gaudêncio da Costa** (MLSTP\PSD): — Patrice Trovoada não pode ter forças armadas particulares. Porquê? A pergunta que se deve fazer é porque é que o Sr. Primeiro-Ministro armou-se até aos dentes? Por que é que um Primeiro-Ministro precisa de ter tanta segurança? E mais. Há informações segundo as quais há armamentos que chegam directamente de avião e vão para destinos incertos, porque não se sabe onde é que vão. Ou seja, o que está montado, meus senhores, é para um banho de sangue aqui em São Tomé e Príncipe. E eu peço a todos os partidos que façamos queixa ao Tribunal Penal Internacional contra o Sr. Presidente da República, conta o Sr. Primeiro-Ministro, contra Sr. Presidente da Assembleia Nacional e contra os principais Líderes Parlamentares do ADI. Porque eles estão a preparar algo de muito sério contra os são-tomenses. Espero que rapidamente possamos fazer isso.

Lembrem-se que no Governo da troika, que eles tanto reprovaram, nós não fizemos nada disso e fizeram uma queixa contra nós. Mas agora há matérias, há ruandeses aqui às escondidas. Não sabemos em que número. É possível que estejam Mercenários ruandeses aqui em um número superior ao que nos temos percepção.

Eu estou também preocupado com aquilo que se passa no Banco Central. Há informações muito preocupantes. Estamos em um ano de eleições e há informações segundo as quais houve dinheiro que chegou de avião.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Malas.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Não, não estou a falar das malas que se descobriu há pouco tempo.

O que eu estou a dizer é que antes das dobras entrarem em circulação, houve várias caixas de dobras que chegaram de avião.

É preciso que os Tribunais, a Procuradoria-Geral da República, que foi tão célere em trazer o processo Rosema, onde o Sr. Primeiro-Ministro tem interesses, tomem medidas. Há falsificação de notas. Há notas que estão a ser usadas.

Como é possível que uma instituição como o Banco o Central, que tínhamos como imaculada, como uma instituição credível, hoje ninguém pode dizer que não esteja envolvida em trabalhos a favor do ADI. Vimos a notícia de que o Sr. Governador do Banco esteve em várias zonas a distribuir notas velhas, que se calhas já saíram de circulação.

Para terminar, meus senhores, Petter fez revelações inacreditáveis, em relação ao Primeiro-Ministro do meu país. É isso que ele devia esclarecer ao povo. Em vez de andar a mentir, estar 2 horas na Televisão a mentir...

O Sr. **Presidente**: — Já ultrapassou o tempo.

Protestos do MLSTP/PSD.

Vozes do MLSTP/PSD: — Deixe-o concluir.

Vozes do ADI: — Não o deixe concluir.

O Sr. **Presidente**: — Essa intervenção é para 10 minutos. Não tem mais tempo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Não sai de lá. Fica lá até concluir.

O Sr. **Presidente**: — 5 segundos para concluir.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Patrice Trovoada, neste momento, não tem condições para governar este país.

Eu quero dizer à Nação que, face àquilo que eu ouvi hoje o Petter dizer, peço ao Sr. Primeiro-Ministro, ao menos, que venha esclarecer esta situação. Ele perdeu as condições de governar este país. Nós estamos em presença de um ditador e um sanguinário.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD.

Entretanto, o Sr. Presidente retirou a palavra ao Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Agora, vamos passar para o capítulo de assuntos político de interesses relevante, nos termos de alínea c) do artigo 83.º do Regimento. O tempo global é de 60 minutos, distribuídos proporcionalmente, sendo que, para o ADI, 35 minutos, para o MLSTP/PSD, 17 minutos, PCD, 5 minutos, UDD, 3.

Com relação às listas de inscrição recebidas pela Mesa...

O Sr. **António Barros** (MLSTP\PSD):— Já não estamos a ouvir a rádio.

O Sr. **Presidente**: — Técnico, por favor, verifica o que se passa.

Pausa.

O Sr. **António Barros** (MLSTP\PSD):— Agora já estamos a ouvir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, não tive a oportunidade de saudar todo povo de São Tomé e Príncipe, principalmente o povo das zonas rurais, porque tive uma crise de dor da cabeça terrível. Vim mesmo porque sou trabalhador. Muita gripe e dor da cabeça.

Quero saudar e desejar boas festas para este povo e bom sucesso. Também quero pedir paz para este país e para todo povo são-tomense. O ADI é nosso irmão...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — O ADI não é meu irmão.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — ...o MLSTP/PSD é nosso irmão e todos partidos, com acento e sem acento parlamentar, são nossos irmãos.

80% do povo são-tomense é cristão, mas pela política que estou a ver, o nosso Primeiro-Ministro quer encaminhar este povo para o inferno...

Aplausos do MLSTP/PSD.

... portanto, não estou satisfeito. Sempre aqui discuto o aumento da produção e da produtividade e nunca me meto na vida de ninguém.

Meus senhores, qual é o Primeiro-Ministro que fala pelo Presidente da República, pelo Presidente da Assembleia, pelos Tribunais.

Minha gente, será que este homem é o único homem que temos?

Não temos homem mais formado?

Aplausos do MLSTP/PSD.

Ele andou 2 anos fora do País, veio e ganhou com a maioria absoluta, com 15 dias...

A Sr. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Será que ele ganhou?

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — ...e mesmo assim não respeita os são-tomenses.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Nos 2 anos que ele andava lá fora, eu vivia uma vida melhor. Desde 2014 a produção caiu totalmente, o País está numa falência total. Todas empresárias estão a cair. Fome, miséria, as pessoas estão a morrer no hospital como uma coisa doída, por falta de medicamentos e até agora ele não cria consenso no País. Ele

quer ser Presidente da República em 2021 e o Evaristo Carvalho está lá sentado em um lado da cadeira à espera dele. Ambição ao poder e política pelo poder. Não queremos esta situação.

Ele disse que, se sair, não haverá ninguém que o possa substituir. Felisberto não pode ser o Primeiro-Ministro?

Aplausos do MLSTP/PSD.

Vozes do MLSTP/PSD: — Pode.

Risos gerais.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Eu sou agricultor. Ele pede demissão, eu vou tomar o lugar amanhã.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — O Primeiro-Ministro pede demissão hoje, eu vou segurar o lugar amanhã. Eu tenho uma média empresa com 35 trabalhadores e contribuo para este país.

Uma voz: — O homem tem razão.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, apenas para dizer que está a chegar o fim do seu tempo.

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Isso não é seu, Sr. Presidente.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — O MLSTP/PSD dá-lhe 5 minutos.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Posso continuar?

Eu, Felisberto Afonso, tenho duas médias empresas com 35 trabalhadores e pago impostos, pago a caixa para os trabalhadores e pago a Assistências Social. Patrice nunca paga Assistência Social para os seus trabalhadores.

Uma voz: — Explorador.

Portanto, estou disposto. Ele põe o cargo à disposição, amanhã vou buscar o lugar. Eu sou um agricultor e trabalhador e este país precisa de trabalho.

Vozes do MLSTP/PSD: — Muito bem.

Este País não precisa de muita política. Como primeiro-ministro, vou buscar o meu companheiro do ADI, do PCD e vou acompanhar toda sociedade civil e nós dirigimos este País sem problema.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Faria muito melhor do que ele. Ladrão.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Patrice dirige com ódio, com ignorância, com inveja e com ambição política pelo poder. Ele quer ser Primeiro-Ministro em 2021. Enquanto os são-tomenses estão a movimentar, ele não vai conseguir ser presidente da República.

Uma Voz: — Não vai não.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Ele não vai. A política dele é de povo contra povo, povo contra dirigentes e isto é mau.

Se um cidadão, por exemplo, for ao banco buscar o seu dinheiro e não pagar, o banco atua, toma o seu bem. O Primeiro-Ministro não vai à televisão fazer trabalho de coisa...

Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Fazer trabalho de fofoca.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — É mau.

O Primeiro-Ministro não pode fazer isto, não pode fazer política na televisão.

Uma voz: — Ele convoca um debate, vem para a Assembleia.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — E nós queremos um debate. Queremos um debate com Patrice Trovoada.

Portanto, eu quero paz. Sinceramente, eu quero paz para todos os são-tomenses. Juro por meu trabalho.

Eu não tenho ignorância, eu não tenho ambição pelo poder, não tenho política pelo poder, não devo o Estado nem meia dobra. Não devo nenhum banco de São Tomé, não devo nada...

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Mesmo que devesse. O senhor trabalha.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sou um indivíduo livre.

Ele não pode estar a detectar todas pessoas que devem os bancos. É um mau elemento.

Ele não pode fazer isso. É mau. É pôr o povo contra o povo.

Mesmo as pessoas dele estão a criticar essa situação.

Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Riqueza dele veio de onde?

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Se alguém emprestou dinheiro, o banco toma medidas, toma os bens.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, muito bom dia a todos.

Ontem, ouvi uma conversa entre o Sr. Primeiro-Ministro e os seus amigos da imprensa e o Sr. Primeiro-Ministro, nessa conversa, demonstrou estar totalmente desnordeado e, como sempre, usando as mesmas matérias para atingir os seus objectivos.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Não faz nada.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— O Sr. Primeiro-Ministro disse que a Doutora Maria das Neves, — porque ela sim é Doutora, assisti em Portugal o seu doutoramento, e passou com distinção, deve o Banco Central — deve ao Banco Equador. Quero aqui dizer que o Sr. Primeiro-Ministro é um mentiroso.

Maria das Neves nunca contraiu crédito no Banco Equador e não tem dívida alguma com esse banco.

Maria das Neves deve, sim, o Banco Central,...

Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Onde ela trabalha.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— ...num empréstimo honesto, legal, em uma casa onde ela trabalha e que os trabalhadores têm acesso a esse crédito. Ela está a pagar o seu crédito, que está dentro do prazo, porque um credito tem um prazo. Enquanto não terminar o prazo, não se pode acusar as pessoas de que está a dever. Ela está dentro do prazo.

Agora, eu entendo por que é que o Sr. Primeiro-Ministro não faz crédito. Não tem necessidade de estar a dever ninguém.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — Claro.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— ...fez um empréstimo de 30 milhões, em nome do Estado são-tomense e o dinheiro desapareceu....

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Está guardado no paraíso fiscal.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— ...e um homem deste não tem necessidade de fazer crédito, não pode dever ninguém.

Agora, sinceramente, eu estava à espera que o Sr. Primeiro-Ministro viesse abordar, em relação a Maria das Neves, a acusação que pesa sobre ele de ter-lhe dado golpe de Estado em 2003.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do UDD.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sanguinário. O Petter voltou a confirmar ontem.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Isto é que eu estava à espera. O Sr. Primeiro-Ministro tem que ter a coragem, e só não o fez até agora, porque o Ministério Público age com dois pesos e duas medidas.

O que os são-tomenses estão à espera é que o Sr. Primeiro-Ministro esclareça do golpe de Estado de que ele é acusado de ter sido mandante, em 2003 e que pôs em causa a vida da Dra. Maria da Neves. Hoje ela poderia estar morta.

Uma voz: — Ele está a preparar mais um. Está armado até aos dentes.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— O nosso país está a ser governado por um ditador.

Uma voz: — E sanguinário.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Temos que apurar isso. Porque ao se confirmar que o Sr. Primeiro-Ministro é mandante do golpe do Estado, o nosso país está a ser governado por um terrorista.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — O Petter voltou a confirmar ontem.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— E isto não pode ser.

Vem aqui debater connosco cara a cara. Não vai à Televisão, num acto de covardia, insultar toda gente, e ninguém pode responder.

Vem aqui à Casa Parlamentar. Vem aqui, vem enfrentar os Deputados aqui, vem responder aqui às perguntas. Nós estamos capacitados para debater com o Sr. Primeiro-Ministro. Vem aqui debater connosco.

Ruídos.

E agora, o Sr. Primeiro-Ministro também deveria aproveitar ontem a oportunidade para explicar o destino dos 20 milhões daqueles 30 milhões que emprestou e que até hoje estão desaparecidos.

Uma voz: — *Está depositado, gente sabe aonde.*

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— E mais, hoje temos informações de que há ordens para atirar nos Deputados da oposição. Então, que nos matem. Juramos defender a Constituição e as leis e hoje vamos defender a Constituição e as leis, custe o que custar. Mesmo que custe a nossa própria vida, vamos defender a Constituição e as leis.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— Vamos defender, sim.

Nos Estados Unidos, *Donald Trump* fez um decreto e o Tribunal constitucional anulou.

Ninguém está acima da lei.

Atribuámos ao Sr. Presidente da República a responsabilidade de tudo que poderá acontecer aqui nesta Sala hoje. Ele será responsável, porque ao invés de ele garantir o normal funcionamento das instituições, ele está a pôr instituição contra a instituição,

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — O Sr. Ministro de Ordem Interna esteve aqui hoje. O País é vosso.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— ...num acto claro de servir o seu partido político. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Faço esta intervenção hoje, porque ontem não tive a ocasião de fazer a intervenção no período de antes da ordem do dia e é por isso que estou a aproveitar para o fazer hoje.

Gostaria de iniciar a minha intervenção, felicitando o povo de São Tomé e Príncipe, pela forma ordeira e disciplinada como tem estado a lidar com esta situação e, no meu ponto de vista, é um sinal de que estamos num estado de Direito democrático. Porque somos representantes do povo, com legitimidade, e se o povo tem este comportamento eu acho excelente, tendo em conta que que somos representantes do povo sim e devemos dar um sinal de equilíbrio, disciplina. Só assim acho que podemos representar bem o povo.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Estamos cercados pela Polícia.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — O Sr. Presidente pode explicar-nos por que é que está aqui a Polícia em volta? Se estamos sitiados, diga-nos.

O Sr. **Presidente**: — Enquanto houver esta barulheira, vou suspender a sessão por 15 minutos, para paziguar os ânimos.

Murmúrios.

Eram 11 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar.

Eram 12 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Em primeiro lugar, gostaria de apelar a uma certa calma, porque temos que conduzir os nossos trabalhos, como Deputados que somos. Gostaria francamente de apelar à calma, toda gente, porque acho que esse desânimo não serena nada, nem tão pouco melhora a nossa postura como Deputados.

Francamente, faço mais um apelo, para mantermos uma certa calma, um certo comportamento urbanístico entre nós, como tem sido sempre. Não sei porque é que hoje estamos um pouco exaltados. Sobretudo, gostaria de apelar que não se transcenda também aquilo que é o razoável. Tem havido exaltações sim, eu compreendo, sei que há poder e oposição e, de quando em vez, mas nunca exceder a ponto de haver limites extras. É apenas isso.

Apelo à serenidade, para dar continuidade aos nossos trabalhos.

Se estiveram de acordo, como eu disse, está reaberta a sessão e, nesse sentido então, eu não me lembro quem estava no uso da palavra.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD):— O Sr. Deputado José António estava a falar, mas não concluiu.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, volto a chamar o Sr. Deputado José António, que estava no uso da palavra, para continuar a sua intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, muito obrigado, mas acho que não vou continuar.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o mesmo princípio, como fizemos antes. Enquanto alguém não falar, passo a palavra a outro.

Uma voz: — José António não falou?

O Sr. Deputado José António estava a falar, antes da interrupção. Convidei-o, como vocês ouviram, ele não quis continuar.

Entretanto, o Sr. Presidente chamou todos Deputados inscritos.

Estando esgotada a lista de inscrições, vamos rapidamente abordar o período da ordem do dia.

Só para informar que, por decisão da Conferência de Líderes, a reunião plenária conta com três pontos para o período da ordem do dia, sendo que como primeiro ponto está agendada a discussão e aprovação, na generalidade, do projecto de lei n.º 43/X/7.ª/2017 — Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH/SIDA, com o tempo reservado, para discussão, de 60 minutos, assim distribuídos: o Governo tem 21 minutos, o ADI, 21, o MLSTP/PSD, 10, o PCD, 5 e UDD, 3 minutos.

Portanto, dando sequência aos nossos trabalhos, convido o Líder do Grupo Parlamentar do ADI ou outro Deputado deste grupo, para a apresentação desta iniciativa.

Bom, peço imensa desculpa, também não fui bem orientado nesse sentido, portanto, convido a Rede das Mulheres ou a sua representante, para apresentar este projecto de lei.

Tem a palavra a Sra. Deputado Celmira Sacramento.

A Sra. **Secretaria** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vou apresentar o projecto de lei n.º43/X/7.ª/2017 — Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH/SIDA.

Após quatro décadas do surgimento da epidemia de SIDA, uma das importantes conquistas em termos globais, refere-se ao aumento da perspectiva de vida das pessoas vivendo com o HIV/SIDA, decorrente do acesso ao tratamento e da diminuição global de novos casos. Todavia, nos contextos regionais, existem barreiras socioculturais, políticas e económicas que reforçam o estigma vinculado ao HIV/SIDA e comprometem o controlo da epidemia. Isso significa dizer que o diagnóstico positivo do HIV ainda é associado ao medo do isolamento social, do afastamento de familiares, parceiros/as e amigos. Tal receio

reduz a busca pelo conhecimento da condição serológica, e contribui para o silêncio acerca do diagnóstico positivo e inibe o acesso aos recursos disponíveis na rede de saúde.

Partindo do conceito do estigma como um atributo ou marca depreciativa que tem implicações para as interações sociais de seus portadores, tem-se argumentado que a produção do estigma não é intrínseca às relações sociais e não está restrita à imputação de qualidades negativas ao outro. Segundo essa perspectiva, ao diferenciar o indivíduo ou grupo portador do HIV do estigma, é colocado numa posição desvantajosa, ao processo de estigmatização que cumprem a função de produzir e manter as desigualdades e hierarquias sociais. Baseando nesse pressuposto, considera-se que o combate ao estigma de SIDA implica o reconhecimento da sua vinculação aos processos mais amplos, de produção de desigualdades sociais e de género.

O presente projecto de lei tem por objectivos estabelecer os direitos e deveres da pessoa vivendo com o HIV/SIDA e garantir as medidas necessárias para a protecção e tratamento da mesma, estabelece também os direitos e deveres do trabalhador ou candidato a emprego vivendo com HIV/SIDA.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, convido o relator ou membro da 5.^a Comissão Especializada Permanente, indigitado para o efeito, para proceder à leitura do parecer da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente.

Passo à leitura do «Parecer relativo ao projecto de lei n.º 43/X/7.ª/2017 – Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH/SIDA.

Introdução.

Por despacho da Sua Excelência o Presidente de Assembleia Nacional, foi emitido à 5.^a Comissão Especializada Permanente o projecto de lei n.º 43/X/7.ª/17 – Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo de VIH/SIDA, submetido à Mesa de Assembleia Nacional por um grupo de 5 Deputadas da Rede das Mulheres Parlamentares. Assim, a 5.^a Comissão Especializada Permanente esteve reunida no dia 14 de Dezembro de 2017 com a presença dos Srs. Deputados Arlindo Barbosa Semedo, que a presidiu, Filomena Monteiro, Mohamed da Glória, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Joaquim Salvador Afonso, Bilaine Viegas de Ceita, Anaydi Ferreira, em substituição do Deputado Egrinaldo de Ceita, Ossáquio Riôa e Jorge Bondoso, do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD, com o propósito de indigitar o relator para o referido diploma, o que recaiu na pessoa do Sr. Deputado Joaquim Salvador Afonso.

Contextualização.

A presente iniciativa é apresentada pelas Sras. Deputadas da Rede das Mulheres Parlamentares, no âmbito dos seus poderes de iniciativa e em conformidade com os despostos é exercido, nos termos do artigo 136.º e do n.º 2 do artigo 142.º do Regimento da Assembleia Nacional e reúne ainda os requisitos formais previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do artigo 143.º deste Regimento.

De salientar que este projecto de lei está composto de um total de 35 artigos e tem como objectivo estabelecer os direitos e deveres da pessoa vivendo com o VIH/SIDA e garantir as medidas necessárias para a prevenção e tratamento da mesma. Por conseguinte, a referida iniciativa estabelece também os direitos e deveres do trabalhador ou candidato a emprego vivendo com o mesmo síndrome imunitário. Neste momento, a lei vem regularizar os aspectos ligados a prevenção, tratamento e controlo do VIH/SIDA.

Conclusão.

Após uma análise exaustiva deste diploma, a 5.^a Comissão Especializada Permanente concluiu que esta iniciativa é relevante e pertinente que vem sublinhar o síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA).

Concluiu ainda que o Ministério da Saúde e o Departamento de Farmácia devem adoptar as pertinentes medidas para garantir o controlo da qualidade e da eficácia dos medicamentos destinados ao tratamento da infecção pelo VIH/SIDA, antes da sua disponibilização para o consumo.

Recomendação.

Face ao exposto e tendo em conta que a iniciativa reúne todos os requisitos legais, a 5.^a Comissão Especializada Permanente recomenda que o projecto de lei n.º 43/X/7.ª/17 – Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH/SIDA seja remetido ao Plenário, para o efeito de apreciação e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão da Educação, Ciência, Cultura, Saúde e Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto, em São Tomé, aos 10 de Janeiro de 2018.

O Presidente, Arlindo Barbosa Semedo.

O Relator, Joaquim Salvador Afonso.»

O Sr. **Presidente**: — E agora vamos dispensar o espaço para debate na generalidade, pelo que convido os Srs. e s Sras. Deputadas a fazerem as suas intervenções.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel de Meira Rita, para uma intervenção.

A Sra. **Ana Rita** (MLSTP/PSD): — Eu não vou ser muito repetitiva. Vou só me concentrar em alguns pontos.

É bom reforçar que esta lei visa proteger os seropositivos e doentes de SIDA. Também fixa responsabilidade do Estado no domínio da prevenção e controlo de propagação, assim como o dever de informação, educação, tratamento de protecção em geral da população e garantir os direitos e deveres das pessoas infectadas.

Na versão final desta lei, fizemos um trabalho em conjunto com o Programa Nacional de Luta Contra Sida. Fizemos várias sessões de trabalho para adequar a lei à nossa realidade e ao nosso contexto.

Para dizer também que esta lei vai reforçar as acções que estão a ser efectuadas na luta contra a sida. Assim sendo, não podia deixar de agradecer ao Programa Nacional de Luta Contra Sida, na pessoa do Dr. Bonifácio e sua equipa, a jurista Dra. Célia Posser e aos serviços da Assembleia Nacional que na fase final nos apoiaram para a finalização das partes legislativas legais.

E agora, deixem-me aqui apelar aos Srs. Deputados que aprovemos todos esta lei, porque ela vai beneficiar, vai nos ajudar a ter um controlo maior, a protecção e prolongar a vida daqueles que já foram infectados.

Por isso, gostaria de apelar a todos que esse projecto não é um projecto de mulheres, é um projecto para São Tomé e Príncipe. Por isso, vamos todos abraçar a causa.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Na verdade, Sr. Presidente, peço a palavra para, em nome do meu Grupo Parlamentar e, conseqüentemente, em nome do Partido do qual faço parte, felicitar a Rede das Mulheres pela iniciativa, tendo em conta que uma iniciativa desse tipo poderá consubstanciar-se, sem sombra de dúvida, em uma mais-valia, no que diz respeito a controlo e tratamento de um mal que tem preocupado todo o País e o mundo. Daí que a Rede está de parabéns.

Nós abraçamos a causa, porém, eu não podia deixar, Sr. Presidente, de apresentar uma certa percepção que eu tive em relação à questão da Rede. A Rede das Mulheres é composta, creio eu, por 8 mulheres Deputadas, de todos os grupos parlamentares, e conseguiram, tendo em conta a utilidade e a pertinência de uma lei como esta, encontrar consenso para trabalharem em conjunto e produzir algo que possa ser útil para toda a Nação. Isto é muito importante que se frise. O consenso, o diálogo, sem vestirmos camisas que possam ser entendidas como de prepotência ou de arrogância, ajuda-nos bastante para encontrar o bom termo. E isso é um bom exemplo e daí aproveito para felicitar as mulheres Deputadas de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Por ultimo, Sr. Presidente, tendo em conta que o próximo projecto de lei que vai ser discutido aqui faz referência a uma série de impostos e pagamentos por tratamentos, atendimentos, etc., que na altura certa poderemos falar, mas nós do PCD entendemos que era importante também, Sras. Deputadas, que se acautelasse a gratuidade aos tratamentos às pessoas portadoras do HIV/SIDA. Ou seja, eles tinham que ter um cadastro, e creio que têm, para permitir que tenham acesso gratuito aos medicamentos, às consultas, às análises, etc., de forma a enriquecer o espírito dessa iniciativa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados.

Percebo que não há mais intervenções sobre esta matéria.

Não havendo, passemos à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 43/X/7.ª/2017 – Lei de Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH/SIDA.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Agora, vamos passar para a apreciação do segundo ponto da ordem do dia, discussão e aprovação, na generalidade, do projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017 – Lei de Base de Saúde, com um tempo de intervenção de 60 minutos, distribuído proporcionalmente da seguinte maneira: o Governo tem 21 minutos, o ADI, 21, o MLSTP/PSD, 10, o PCD, 5, e o Deputado do UDD, 3 minutos.

Neste sentido, convido o Grupo Parlamentar do ADI, na pessoa do seu Líder, ou outro Deputado deste grupo indigitado para o efeito, para a apresentação desta iniciativa.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, passo à apresentação do projecto de lei de Base de Saúde, projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017.

«Tendo em conta a importância e relevância do sector da saúde em qualquer país, em particular São

Tomé e Príncipe, este projecto de lei refere-se à criação de bases de existência de um conjunto de documentos legislativos da área de saúde, nomeadamente as regras materiais e formais de existência e funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, enquadrados no sistema único de funcionamento articulado, público e privado.

Considerando que o direito a saúde é um direito constitucionalmente previsto, conforme o artigo 50.º, pontos 1, 2, e 3 da Constituição, torna-se necessário criar mecanismos para que o referido direito seja garantido da melhor forma pelo sector público e também privado, face às crescentes demandas e à situação de insuficiência e limitação de recursos no sector público, sobretudo no que respeita a meios complementares de diagnóstico e terapêutica, que afecta alarmantemente a estruturas sanitárias de São Tomé e Príncipe.

Assim, o presente projecto de lei tem como principais objectivos:

Actualização, por decreto lei, um estatuto do Serviço Nacional de Saúde;

Assegurar a realização do direito a protecção da saúde a possibilidade de existência de um sector privado e prestação de cuidados saúde, em relação à complementaridade e até de concorrência com o sector público, uma vez que nem sempre o Estado, por si só, consegue dar respostas às demandas, e a concorrência melhora a prestação dos serviços.

Estabelecer as bases jurídicas para a efectiva participação dos contribuintes "utentes" nos custos da saúde com base na afirmação da taxa moderadora e no imposto direccionado, bem como cria as bases legais para fixação de incentivos para o seguro de saúde.

Consolidar o sector da saúde com instrumentos legal, sólido que visa colmatar todas as situações prejudiciais dos interesses dos utentes, buscar e proporcionar uma melhor e mais efectiva aproximação das instituições e serviços, vedando todo e qualquer tipo de desarticulação de programas na área da saúde que estejam a funcionar fora do sistema único de saúde.

Instituir, em São Tomé e Príncipe, o conselho nacional de saúde como órgão consultivo do Governo.

Portanto, a efectivação deste diploma poderá assegurar a garantia do direito a saúde, quer através dos estabelecimentos públicos, quer privados, de forma acessível, inserida numa estratégia que envolverá tanto as entidades que prestam os serviços de saúde, como os utentes, que poderão contribuir para a melhoria da prestação dos referidos serviços, servindo assim de fiscalizadores e podendo exigir os seus direitos legalmente previstos.»

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sra. Deputada Alda Ramos.

Portanto, dando sequência aos nossos trabalhos, convido o relator ou o membro da 5.ª Comissão Especializada Permanente, indigitado para o efeito, a proceder à leitura do respectivo parecer.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a relatora foi substituída pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, pelo que convido o Secretário da referida Comissão, o Sr. Deputado Mohamed da Glória a fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mohamed da Glória.

O Sr. **Mohamed da Glória** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura do «Parecer relativo ao projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017 – Lei de Base de Saúde.

Introdução.

O projecto lei n.º 42 /X/7.ª/ 2017 – Lei Base de Saúde, por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 5.ª Comissão Especializada Permanente, para análise e emissão do respectivo parecer.

A Comissão reuniu no dia 29 de Novembro do ano em curso para, de entre outros assuntos, proceder à apreciação do documento supramencionado e indigitou o relator, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Nacional, o que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Filomena Monteiro, e no dia 14 de Dezembro do corrente ano, para análise e aprovação do respectivo parecer, com a presença dos Srs. Deputados Arlindo Barbosa Semedo, que a presidiu, Filomena Monteiro e Mohamed da Glória, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Bilaine Viegas de Ceita, Jorge Bondoso, Joaquim Salvador Afonso, Ossáquio Perpectua Riôa e Anaydi Ferreira (em substituição do Sr. Deputado Ossáquio Perpetua Riôa), do Grupo Parlamentar do ADI, e Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD.

Enquadramento legal.

A iniciativa em apreço foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do ADI e exercida nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, conjugado com o artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional e cumpre os formalismos legais previstos no n.º 1 dos artigos 142.º e 143.º deste mesmo Regimento.

Contextualização.

Saúde é um estado completo de bem-estar físico, mental e social, o direito à protecção da saúde, está consagrado no artigo 50.º da Constituição da República. Deste modo, o projecto lei de Base de Saúde ora submetido tem como objectivo assegurar a realização do direito a protecção da saúde, possibilitando a existência de um sector privado de prestação de cuidados em complementaridade e concorrência com o sector público.

O Diploma em apreço prevê um Estatuto do Serviço Nacional de Saúde organizado e hierarquizado de instituições e de serviços oficiais, funcionando sob a superintendência ou tutela do Ministério da Saúde e define a universalidade dos serviços e retoma consagração aos direitos de saúde, de acordo aos já citados n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º da Constituição da República.

A referida iniciativa define também a efectiva participação dos contribuintes (utentes) nos custos de saúde, através de taxa moderadora para fixação de incentivos para seguro de saúde e prevê a criação do Conselho Nacional de Saúde.

Conclusão/Recomendação.

Atendendo à importância da iniciativa em apreço e por cumprir todos os pressupostos legais, a Comissão recomenda que o referido projecto de lei seja remetido ao Plenário para efeito de apreciação e votação.

A Comissão recomenda também que seja auscultado associações e intervenientes a volta do sistema da saúde no aprimoramento e enriquecimento do diploma, durante a discussão na especialidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão de Educação, Ciência, Cultura, Saúde, Emprego, Assunto Sociais, Juventude e Desporto, em São Tomé, 14 de Dezembro de 2017.

O Presidente da Comissão, Arlindo Barbosa Semedo.

A Relatora, Filomena Monteiro.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora proceder ao debate, na generalidade, desse projecto de lei, pelo que convido as Sras. e Srs. Deputados para intervirem.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Xavier Mendes.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados: Sendo a primeira vez que intervenho, também quero desejar a todos um bom ano de 2018, com paz e saúde e a todo o povo de São Tomé e Príncipe.

Bom, reportando à lei que vai ser objecto de discussão, mais uma vez, nota-se que é quase idêntica à Lei portuguesa. Eu digo quase, porque nesse quase é que está a redundância total desta lei, que mata completamente todos os ganhos ou conquistas do Estado social.

O PCD, no seu programa, defende sim um pagamento, ou uma participação nos gastos da saúde, mas o imposto não.

É isso que o povo deve abrir os olhos, quando vota nos partidos. Tem que saber o que os partidos propõem para melhorar a qualidade de vida deles.

Hoje, todos os são-tomenses, à excepção de algumas pessoas que não têm capacidade financeira, todos, vamos pagar o imposto de saúde. Mas, para além do imposto que todos os meses se vai pagar, por exemplo: uma pessoa que ganha 900 000 dobras por mês, vai pagar 27,5 000 de imposto. Acrescenta 25 000 dobras. Se ela não tiver filhos, para ser descontado no IRS, ela vai pagar mais 25 000, mais 4% de Segurança Social. Quer dizer, é um atentado ao rendimento marginal das famílias. Já se paga a taxa moderadora, já se paga a taxa das análises clínicas, vai-se pagar seguro e ainda se vai pagar um imposto.

Meus Senhores, há outras formas de fazer melhorar a saúde. Não é necessário subcarregar tanto a população, para ter uma melhor saúde.

O PCD discorda, em completo, com esse tipo de propostas de lei que vêm melhorar, possivelmente sim, mas não podem de maneira nenhuma agredir os bolsos dos contribuintes.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Deputados, bom dia.

Essa minha intervenção em relação a esta lei de Base do Sistema de Saúde é porque, para além dos aspectos que foram levantados aqui pelo Sr. Deputado Xavier Mendes, com os quais concordo, por isso é que nós, a oposição, votamos contra essa iniciativa, na Comissão, há vários aspectos que foram levantados e que não foram tomados em consideração. Um deles, por isso é que chamávamos muita atenção para essa questão, porque para uma iniciativa dessa natureza, nós, a oposição na Comissão, defendemos que se deveria ouvir a Ordem dos Médicos. Essa iniciativa entra no Parlamento e a Ordem dos Médicos não foi nem tida nem achada nessa fase inicial da elaboração da iniciativa. Isso peca!

Nós sabemos da situação degradante da população. Essa lei vem cobrar imposto a todos e isso é retido na fonte. É mais um imposto, quando este Governo tem a filosofia de defender o povo pequeno...

Uma voz: — Hum!

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — ...e essa Lei não baliza essa cobrança de imposto. Significa dizer que vem agravar mais a situação de vida da população. Por isso é que é preciso sabermos aquilo que estamos a votar e porque é que estamos a votar.

Levantámos esses aspectos na reunião da Comissão, para permitir que ouvíssemos a Ordem dos Médicos, para ver onde é possível alterarmos, porque nós sabemos que há população que não consegue pagar este imposto. Então é o quê? Vão morrer!

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Oh!

...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Então, a pessoa que não tem essa capacidade financeira, quer dizer que já nem entra no sistema de saúde, nem pode ser atendida. Por isso, são esses aspectos que levantámos na discussão na Comissão e eu peço à nossa Bancada, a exemplo do que fizemos na Comissão, para rejeitar, categoricamente, esse diploma.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Uma voz: — Muito bem.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, eu admiro como é que a Comissão pode aprovar essa situação, sabendo que as mulheres são mais sofredoras neste País. Elas têm uma situação grave. Elas não têm condições, com o salário mínimo, não conseguem sobreviver, como é que poderão pagar a taxa.

Meus Senhores, nós não podemos estar aqui só a ver as coisas. Mesmo as bancadas da oposição e a bancada do poder, vamos ver a situação. As pessoas estão mal. Há mulheres que têm 3, 4, 5 filhos. Elas não têm como. Essa situação de estarmos a ver para nós e não ver para outras pessoas, é grave.

Portanto, não vou apoiar essa situação. As mulheres são sofredoras neste País. Todas as mulheres são mais sofredoras do que os homens.

Eu conheço mulher com 6, 7, 8 filhos que só às 17 horas é que vão procurar alguma coisa para comer, para dar aos filhos. É triste!

Portanto, eu não vou compactuar com esta lei.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, os Deputados que me antecederam levantaram aqui questões sociais ligadas à pretensão da implementação desta lei e eu venho aqui fazer um reparo sobre questões técnicas de tributação.

A proposta de lei de Base de Saúde, artigo 39.º institui um imposto. Depois, no artigo 40.º estabelece-se a forma de tributação. Se nós formos ao artigo 44.º, ainda encontramos a possibilidade ou a taxa moderadora, a que as pessoas estão obrigadas. Ou seja, alguém que já faz retenção na fonte para cobrir o pagamento do imposto, relativamente à saúde, por algum motivo, se adoecer e for ao hospital, tem que pagar outra vez a taxa moderadora.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Boa ajuda ao povo pequeno.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Isto viola, claramente, a Lei Geral Tributária do nosso País. O artigo 8.º, Garantias de Contribuintes, diz o seguinte: «1. Consiste garantias gerais de contribuinte:...» só vou ler a alínea que importa aqui dizer, alínea c): «O direito de não ser tributado, mais de uma vez, com base na mesma matéria colectável, em relação ao mesmo período de tempo e ao mesmo imposto.»

Uma voz: — Oh.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Estamos aqui perante uma ilegalidade e gostaria aqui de convidar os Srs. Deputados a rejeitarmos o documento, analisarmos e buscarmos outras colaborações, aqui já se referiu à Ordem dos Médicos, para melhor conceber essa iniciativa.

Depois há outros aspectos. No artigo 46.º, percebe-se o porquê desses expedientes. É que o Governo quer privatizar a saúde.

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Boa ajuda ao povo pequeno.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Está a criar condições de receitas para as pessoas depois. Porque depois diz outra coisa, que grupo de médicos, pressuponho, pode vir a gerir o sistema de saúde. Significa o quê? Grupos de médicos de quê? Grupos de médicos do ADI.

Uma voz: — Oh!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Do ADI! Pode vir a gerir o sistema de saúde. Isto não pode ser. O nosso País não pode continuar assim. As pessoas já estão sufocadas com o pagamento de impostos. E eu peço aqui aos Deputados, estamos aqui, somos o garante da protecção das pessoas que nos elegeram. Não podemos permitir isso. O povo são-tomense vive sobre um fosso fiscal enorme, não tem mais capacidade contributiva.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O Grupo Parlamentar do ADI vê com bons olhos esta iniciativa...

Uma voz do MLSTP/PSD: — *Kêi, credo!*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — E nós queremos dizer que qualquer Estado que funciona, vive de impostos.

Risos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, ponha ordem, por favor, naquela bancada.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É necessário sublinhar que, qualquer Estado do mundo vive de impostos.

Algumas pessoas nesta Sala têm o privilégio de viajar e fazer tratamento em Portugal e sabem como é que a saúde tem custo. A saúde tem custo e nós, como parte integrante do Estado, devemos participar.

Eu fico satisfeito que haja um debate assim, para discutirmos o tecto da taxa, mas e penso também que não fica elegante conotarmos várias categorias profissionais a um determinado partido. Não acho elegante dizer que estamos a fazer uma lei para os médicos do ADI. Penso que os médicos, no Hospital e nos Serviços de Saúde fazem o seu trabalho, de acordo com as limitações do País, dão o seu melhor e, seguindo esse debate, acho que devem sentir-se mal ao serem conotados como sendo médicos do ADI.

Como Deputado da Nação, não me revejo nesse discurso e, como disse uma deputada, o bom censo deve reinar. É nas pequenas coisas que se conhece os grandes homens. Portanto, reitero a posição do Grupo Parlamentar do ADI da pertinência desta Lei, da necessidade de nós todos são-tomenses podermos contribuir para uma saúde melhor e com qualidade, tendo em conta que não devem ser os outros Estados, dos países amigos, a suportar a nossa saúde. Os Estados amigos devem nos ajudar, sim, naquilo que não somos capazes, em termos de equipamentos e em termos também de especialistas, lá naquela área em que não somos especialistas ou não temos longas experiências. Mas, quanto à questão da nossa saúde, somos nós a cuidarmos. É uma questão de orgulho e de dignidade. Portanto, eu apelo a todo o povo são-tomense que é esse o espírito que norteou o ADI e que nós defendemos.

Pensamos, sim, no povo. Reconhecemos que o custo de vida está elevado, reconhecemos as dificuldades das pessoas, mas este é o País que temos.

Quando se evoca a necessidade de auscultarmos a Ordem dos Advogados...

Uma voz: — Dos Médicos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira:** — ...Ordem dos Médicos, desculpem. Auscultarmos a Ordem dos Médicos, é um exercício que pode ser feito. O projecto ainda não está acabado. Irá para a sede da especialidade e teremos todo o tempo para auscultar, não só a Ordem dos Médicos, como a Ministra da Saúde, outros sectores também ligados ao Sector da Saúde e especialistas, mesmo quem está fora da Saúde, mas que já esteve dentro do sistema. Na especialidade, teremos todo o tempo para melhorar o projecto.

Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu me sinto ultrapassado. Depois, a qualquer momento, poderei pedir a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Presidente, se tomo a palavra aqui hoje é para poder dizer mais uma vez como é que este Governo está vindo a violar sistematicamente a nossa Constituição. Diz a Constituição que todos temos direito a saúde e a lutar por ela. Todos os são-tomenses têm direito a saúde e tem direito a defender o Sistema Nacional de Saúde.

Não é possível que nós, por um lado, dizemos que há povo pequeno e, por outro lado, estamos a matar as pessoas. Obrigar as pessoas a pagar, para além de outros impostos que vão para a saúde, voltar a pagar um imposto especial para a saúde. Quem não tem dinheiro para pagar o imposto vai ao hospital e não terá tratamento. Quer dizer que cada um são-tomense tem que comprar um caixão e meter em casa, porque quando vai ao hospital, vai para morrer. Não tem direito a ser tratado. É este o País que nós queremos. É para isso que estamos aqui a lutar? É para isso que somos defensores do povo?

Vem um Deputado dizer aqui que o povo tem que pagar, sim. Como é possível? Claro que tem que pagar. O dinheiro não vos custa. Vocês não sabem quanto é que ganham. Fizeram a nova dobra... está aqui, vejam, dobras falsas no Território Nacional.

Protestos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré**: — Não nos mostre isso.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Nova dobra já entrou notas falsas no Território Nacional. É com esse dinheiro que vocês vão pagar a vossa saúde. São bandidos e estão a mandar dinheiro para fora, para poderem multiplicar.

O Sr. **Levy Nazaré**: — Cala-te pá. Mal-educado. O senhor não pode estar a insultar as pessoas.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O senhor não fala! O senhor não fala! Se falar, vou dizer coisas que o senhor vai calar de vez. Vai calar de vez.

É isso. É assim que vocês querem?

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Cala-te pá! Cala-te! Cala-te que que estou a falar.

Protestos do ADI.

Cala-te, porque eu estou a falar. Estamos aqui para defender este povo. Estamos aqui para defender este povo.

Murmúrios.

Cala-te! Cala-te! Cala-te! Não estou a falar para si. O senhor é Deputado da Nação e jurou defender, sim senhor, este povo. É isto que o senhor tem que defender.

Murmúrios.

O senhor chamou o quê? O senhor é Deputado e está cá para defender o povo de São Tomé e Príncipe. Jurou defender o povo de São Tomé e Príncipe e é isso. É evidente que os senhores estão preocupados com as notas falsas que estão no terreno.

O Sr. **Levy Nazaré**: — O senhor é que está preocupado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estão preocupados. Eu não estou preocupado.

Não estão preocupados? O senhor sabe quanto custou o dinheiro que o senhor andou a comprar madeira lá na zona Sul? Sabe quanto custou? Quantas e quantas camioneta de madeira o senhor carregou! Sabe quanto é que custou? Quanto custou...

Murmúrios.

Protestos do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — A Bancada do ADI pede a suspensão da sessão, por favor. A Bancada do ADI pede a suspensão dos trabalhos.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Não há condições para trabalhar. Nós, os Deputados do ADI saímos de casa para trabalhar e não há condições para trabalhar. Os outros não querem que nós possamos trabalhar. Portanto, pedimos a suspensão dos trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estão a trabalhar contra o povo. Como é que vocês querem trabalhar? Isso é trabalhar Chama-se a isso trabalho?

O Sr. **Gaudêncio Costa**: — Somos todos são-tomenses. Este País não tem dono.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, é a segunda vez que verifico que não há condições para os nossos dias. Houve uma pequena tentativa da minha parte, pedi a suspensão de 15 minutos, para ver se baixavam os ânimos, mas de novo estamos a retomar com os ânimos muito exaltados.

Confesso que não estou habituado a trabalhar assim. É a primeira vez que verifico na nossa Assembleia esse tipo de atitudes, em desrespeito total ao nosso Regimento, às pessoas e tudo mais.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Bom, perante essas condições, suspendo a sessão até a última oportunidade. Está suspensa.

Murmúrios gerais.

Eram 13 horas e 25 minutos.